

Aprovado em
maiores, em 2 abntos
do PSD

27/6/11

ACTA 3/2011

-- Aos trinta dias do mês de Junho do ano de dois mil e onze, reuniu a Assembleia Municipal de Mafra, na Terceira Sessão Ordinária do ano de dois mil e onze, no Palácio Nacional de Mafra, situado na Vila de Mafra, com a seguinte ordem de trabalhos: 1) Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira; 2) Desafectação de domínio público de uma parcela, com 43,40 m², na freguesia de Enxara do Bispo, para domínio privado do Município de Mafra; 3) Projecto de alteração do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Mafra; 4) Alienação de património imóvel municipal. -----

-- Passavam quinze minutos das vinte e uma horas quando o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Joaquim Francisco da Silva Sardinha, deu por iniciada a sessão. Passou a palavra ao Segundo Secretário da Mesa, Luís António Duarte Ribeiro Alves, que procedeu à chamada. Verificou-se a presença dos seguintes membros: Joaquim Francisco da Silva Sardinha (Presidente da Assembleia Municipal), Américo José de Oliveira Peralta, Ana Rute Júlio Azeiteiro, Aníbal Rolim Ferra, António Francisco Machado (Presidente da Freguesia da Carvoeira), António Manuel da Silva Mansura (Presidente da Freguesia da Ericeira), António Manuel Gomes Garcia Branco, António Manuel Ramalho Pereira (Presidente da Freguesia de Mafra), Carlos Alberto Batalha, Carlos Alberto dos Reis, Carlos Jorge dos Reis Esteves (Presidente da Freguesia de Santo Estêvão das Galés), Cristina Lucília Gonçalves Loureiro, Daniel Duarte Marchante, Daniela Filipa Batista da Costa, Célia Maria Caracol Rolo Vicente, que substitui Domingos Manuel Vicente Janota (Presidente da Freguesia de Igreja Nova), Filipe Miguel Martins Estrela Infante, Hélder Luís Alves Ramos (Presidente da Freguesia de Santo Isidoro), Hugo Manuel Moreira Luís, Joaquim Manuel Ribas da Costa (Presidente da Freguesia da Malveira), Joaquim Maria Reis Catarino Biancard Cruz, José Alberto de Barros Quintã (Presidente da Freguesia de Sobral da Abelheira), José Eduardo Libânio da Silva, José João Lopes Costa, Júlio Manuel Lopes, Luís Filipe de Almeida Cordeiro (Presidente da Freguesia do Grãdil), Luís Miguel Jorge Leitão, Manuel Maria Pimenta, Maria da Conceição da Silva Caldeira Simões (Presidente da Freguesia da Azueira), Maria Isilda Viscata Lourenço de Oliveira Pegado, Maria Lúcia da Silva Oliveira Carvalho, Maria Natércia Rodrigues Dias da Silva Simões (Presidente da Freguesia de Enxara do Bispo), Mário Manuel Costa Pereira, Miguel Ângelo da Silva Correia, José Lourenço Alves Nascimento, que substitui Nuno João da Cruz Sardinha (Presidente da Freguesia de Encarnação), Paulo Frederico E. Alves Fernandes Pardal Morcela, Rui Veríssimo Jorge (Presidente da Freguesia de São Miguel de Alcainça), Sérgio Alberto Marques dos Santos, Tiago Miguel Plácido Nunes, Vítor Manuel Robalo da Costa, que substitui Vítor Gonçalves Pereira Rodrigues (Presidente da Freguesia da Venda do Pinheiro) e, por último, Luís António Duarte Ribeiro Alves (Segundo Secretário). Verificaram-se as seguintes ausências: Ivo Tiago Marques Caracol, Paula Cristina Silvério Raposo Borges (Primeira Secretária), Licínia Correia Batista Quitério, Teresa de Jesus Afonso Alexandre, Vítor Gonçalves Pereira Rodrigues, Domingos Manuel Vicente Janota, Nuno João da Cruz Sardinha e Paulo Jorge da Conceição Ricardo (Presidente da Freguesia do Milharado), cujas faltas a mesa da Assembleia Municipal deliberou justificar; e João Lima Pereira Gaito (Presidente da Freguesia de Vila Franca do Rosário), Mário João Acúrcio Vicente (Presidente da Freguesia de Cheleiros) e Ricardo Nuno da Fonseca Cacheira, que substituíam Teresa de Jesus Afonso Alexandre, que não apresentaram justificação. --

-- Foi dado início ao período de **antes da Ordem do Dia**. -----

-- No uso da palavra, o Senhor Joaquim Cruz referiu que "gostaria de fazer aqui uma pequena homenagem ao ex-Vereador Hélder Silva, pelo brilhantismo com que desempenhou o seu lugar, pelo espírito de entrega e de serviço público para com o Concelho de Mafra. Gostaria igualmente de o saudar pelo cargo para que foi eleito, que muito honra, com certeza, os mafrenses. É uma oportunidade única poder participar naquele órgão que é, por excelência, o mais importante na democracia

portuguesa. Dou também as boas-vindas ao Senhor Doutor José Bizarro, tomando posse como novo Vereador no Executivo Municipal. Um homem que vem de uma empresa internacional, dentro da área da consultadoria e auditoria, e penso que, com certeza, também com o seu conhecimento adquirido a nível académico, irá abrilhantar este Executivo. Por outro lado, tem-se falado que Mafra cresceu em termos populacionais, nomeadamente através dos resultados destes últimos Censos. Parece-me que este crescimento resulta, ao contrário do que aconteceu noutros modelos de crescimento em Portugal, daquilo que se ofereceu, pelo bem-estar, pela qualidade de vida, pelas infra-estruturas e, é evidente, pela localização única que Mafra tem, junto à praia e à metrópole do país." -----

-- Interveio o Senhor Alves Pardal para dizer que "gostaria de felicitar o Engenheiro Hélder Silva, que neste momento ocupa o lugar de Deputado na Assembleia da República, eleito pelo PPD/PSD. Felicito ainda o novo Vereador José Bizarro. Por outro lado, gostaria ainda de manifestar uma palavra de apreço pelo regresso do colega José João Costa, é sempre bom tê-lo junto de nós. Queria relembrar a todos que, na sequência de um processo eleitoral, se registou uma alteração de forças na Assembleia da República, com a constituição de uma nova maioria e a configuração de um governo de coligação PSD - CDS/PP, cujo programa está a ser apresentado. Desejo as melhores felicidades ao referido governo de coligação, principalmente pelo momento muito particular que o nosso país atravessa, com gravíssimas dificuldades do ponto de vista económico e financeiro. Somos todos confrontados com um pacote de ajuda da «troika», vêm aí sacrifícios terríveis, que irão atingir, inclusive, o Município, nomeadamente com propostas de alteração da Lei das Finanças Locais e do sector empresarial local. Desejo que nós, em Mafra, tenhamos consciência e saibamos ter a coragem para enfrentar, da melhor forma possível, o período terrível que aí vem, com cortes orçamentais. Reforço o apelo, da parte do CDS/PP, para que a Autarquia de Mafra reduza, sempre que possível, os gastos para não sobrecarregar ainda mais o contribuinte."-----

-- O Senhor Filipe Infante referiu que "gostaria de vos falar não só como membro desta Assembleia, mas muito especialmente como cidadão. O país mudou, desde a nossa última Assembleia muito se passou. Gostaria de vos destacar, essencialmente, dois aspectos. Primeiro, foi assinado um memorando de entendimento, o documento foi já divulgado e as medidas nele referidas foram já escarpelizadas por inúmeros comentadores e vão ser minuciosamente monitorizadas por três entidades europeias a que nos habituámos a chamar de «troika». O segundo aspecto a salientar prende-se com a tomada de posse do novo governo. O seu programa já é público, está em debate hoje, continuando amanhã na Assembleia da República. Pelo que nos é dito pelos especialistas, os próximos tempos não serão fáceis e muitos de nós iremos passar por sérias dificuldades. As mudanças vão ocorrer em todas as áreas, por exemplo na área da Saúde prevê-se que o acesso dos cidadãos aos serviços do Serviço Nacional de Saúde venha a ser mais controlado e mais caro. Também as autarquias passarão por fortes restrições. Pelo que leio e que ouço, estamos ainda longe do estado a que chegou a Grécia, até porque, ao contrário do que aconteceu naquele país, quase noventa por cento do parlamento português manifestou o seu acordo com o memorando de entendimento. Os documentos que vos referi, tanto o memorando de entendimento, como o programa do governo, apresentam também oportunidades. São exemplos: o reforço dos apoios fiscais às PME's exportadoras e a criação de mecanismos e instrumentos de apoio às empresas turísticas. A Câmara Municipal estará a fazer o seu trabalho, logo importa que nós, membros da Assembleia Municipal e cidadãos de Mafra, façamos também o nosso. Minhas senhoras e meus senhores, nunca foi tão importante, como agora, que os mafrenses e as nossas empresas apostem no reforço das capacidades de gestão; nunca foi tão importante, como agora, que os mafrenses e as nossas empresas apostem na diferenciação, na inovação, no empreendedorismo e na internacionalização; nunca foi tão importante, como agora, que os mafrenses e as nossas empresas não fiquem à espera que o Estado, a Câmara, ou qualquer outra entidade, nos diga o que fazer, mas cada um

de nós deverá ser proactivo e apontar o que pode fazer pelo futuro de todos nós. Deixo-vos este apelo." -----

-- Usando da palavra, o Senhor António Branco disse que "em primeiro lugar, gostaria de saudar a Democracia. A Democracia tem regras, elas foram cumpridas e continuarão a ser cumpridas. Em função dos resultados democráticos, ou seja, do voto do povo, que exprime as posições políticas que devem ser seguidas, o PSD ganhou as eleições, portanto está de parabéns. O Governo entrou em funções e todos nós temos a responsabilidade de criar as condições adequadas para a governação. Portanto, eu queria vir aqui a esta Assembleia reafirmar os valores de sempre da Democracia. O governo que foi empossado tem essa legitimidade e merece o respeito de todos nós nesta Assembleia. Queria ainda aproveitar para saudar a eleição do Senhor Engenheiro Hélder Silva, que neste momento assumiu funções na Assembleia da República. Relativamente ao Senhor Engenheiro, conheço-o fora deste quadro e, portanto, congratulo-me pessoalmente por ter alcançado o objectivo a que se propôs. Julgo que Mafra, e todos os Mafrenses, devem estar felizes por estarem representados por uma pessoa com a qualidade de intervenção e de trabalho do Engenheiro Hélder Silva. Queria também saudar a chegada à Vereação do Senhor Doutor José Bizarro. É com muito gosto que o temos aqui connosco. Por outro lado, queria saudar também o Senhor José João Costa que está em condições de dar o seu contributo nesta Assembleia." -----

-- Interveio a Senhora Dona Isilda Pegado para dizer que "gostaria de cumprimentar o Senhor Vereador José Bizarro, um jovem promissor nas funções políticas que agora abraça. Fazemos votos de uma boa carreira e que saiba ajudar a conduzir este Concelho nos bons caminhos. O que me traz aqui hoje vem na sequência dos oradores anteriores. No dia cinco de Junho, o povo foi chamado a dizer o que pensa e ao passado disse não. De facto, o que verificamos e confirmamos agora por esta expressiva votação é que o povo, perante um período de devastação económica e social do país, quer mudar, quer apostar noutro rumo. As leis carregadas de ideologia, que muito pouco tinham de realismo, destruíram laços de solidariedade familiar e de dignidade do ser humano, levando também a uma destruição da liberdade da pessoa humana. Como tal, este dia cinco de Junho é para nós uma bandeira de futuro e de esperança. Uma nova sociedade pode e deve agora construir-se com muita esperança e, por isso, podemos agora olhar para o futuro de uma forma diferente. Neste caminho e nesta sequência, cabe-me agora ressaltar um segundo aspecto que resulta deste facto, refiro-me em concreto ao novo governo que temos pela frente e à forma como as autarquias locais foram tratadas na orgânica do governo. Não tenho memória de haver um Ministério que tenha a expressão concreta da coordenação das autarquias locais e falo num Ministério que está com os Assuntos Parlamentares, isto é, as autarquias têm a dignidade da casa da Democracia, da casa do povo e, para mim, este é um sinal claro de que há uma vontade política de dignificar o papel das autarquias locais, há uma vontade política de instituir o verdadeiro princípio da subsidiariedade, com a devolução à sociedade daquilo que lhe pertence e daí a minha esperança também nesta forma de governação. Por último, como terceiro aspecto que me traz aqui, somos um Concelho versátil e as crises são sempre uma oportunidade para renascer e criar mais e melhor. Há cerca de três anos, e este é um exemplo concreto, víamos no nosso Concelho às sete da manhã que quem andava nas estradas eram carrinhas cheias de homens que se dedicavam à construção civil. Hoje isso não acontece, está muito mais reduzido, perdemos uma fonte de rendimento, uma fonte de actividade, com a decadência da construção civil devido à crise que assolou o país. No entanto, chegam-me ecos de que há uma reconversão que estes brilhantes homens têm feito nas suas vidas, muitos deles se agarraram a pequenos pedaços de terra, que pais, tios, irmãos e eles próprios tinham, e estão já a fazer agricultura, uma agricultura de verdes e de frescos, que usa a oportunidade desta disponibilidade e também da circunstância do nosso Concelho estar próximo dos grandes centros de consumo, como todos conhecemos e de onde eu nasci e fui criada, porque toda a minha família viveu disso. Aprecia-me

registar esta capacidade dos nossos trabalhadores. Como dizia o meu colega anterior, é de facto preciso olhar para estas novas formas de vida e, de alguma forma, pedir também às autarquias, às Juntas de Freguesia que estão mais próximas, à Câmara Municipal, que apoiem e fomentem estas formas de actividade, porque vamos carecer desta iniciativa própria e desta devolução à sociedade. Por isso, esta minha última chamada de atenção para todos aqueles que vivem neste Concelho, que temos decisões nas nossas vidas que podem, ou não, apoiar estas formas de economia que, como diz o povo, «grão a grão enche a galinha o papo». Por isso, esta esperança no futuro, esta capacidade de cada um, daqueles que temos à volta de nós próprios e do metro quadrado onde podemos actuar e que nos rodeia.” -----

-- A Senhora Dona Daniela Costa referiu: “no mês de Junho, o Município de Mafra teve vários festivais. No passado fim-de-semana, tivemos o festival Sumol Summer Fest, que contou com lotação esgotada. Toda a comunicação social falou sobre a Ericeira e é um orgulho saber que tanto os jovens, como pessoas de todas as idades vieram a este festival, participaram e gostaram, principalmente, da estadia no nosso Concelho. Também em Junho teve lugar um campeonato de surf, que contou igualmente com bastante público jovem, sendo amplamente divulgado pela comunicação social. Não podia deixar de referir que, em Janeiro de dois mil e onze, a comunicação social fez grande referência às Janeiras, porque crianças desde o primeiro ao quarto ano do Agrupamento de Escolas da Venda do Pinheiro vieram cantar as Janeiras ao Executivo Municipal. Esta notícia foi divulgada pela RTP, uma vez que esta é uma tradição que se está a perder. Mafra conseguiu recuperar um pouco essa tradição, com crianças muito pequenas. O vídeo está divulgado no *youtube*.” -----

-- Usando da palavra, o Senhor Hugo Moreira Luís disse que “quero recordar a publicação, no passado mês de Maio, do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, referente às contas de dois mil e nove, estudo esse coordenado por um grupo de professores da Universidade do Minho, patrocinado pelo Tribunal de Contas e pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas. À semelhança de anos anteriores, a apreciação às contas do Município de Mafra foi, de uma forma global, bastante positiva. De acordo com o estudo, salientamos que, ao nível da independência financeira, as receitas próprias representaram setenta e seis por cento das receitas totais, apresentando-se como terceiro a nível nacional e segundo nos municípios de média dimensão. No quadriénio dois mil e seis – dois mil e nove, Mafra não recorreu a empréstimos de médio e longo prazo, situação ocorrida unicamente em dezassete municípios. Em dois mil e nove, os impostos tiveram menor expressão no conjunto das receitas, diminuindo cinquenta e oito por cento em dois mil e oito, para quarenta e dois por cento em dois mil e nove. Mafra foi um dos municípios com maior grau de execução da receita, situando-se nos oitenta e quatro por cento. Por tudo isto, e em conclusão, de referir que, no *ranking* global dos municípios de média dimensão, em dois mil e nove, Mafra foi o quarto melhor município em termos de eficiência financeira, décimo segundo em dois mil e oito.” –

-- O Senhor Aníbal Ferra disse que “depois de ter ouvido aqui os colegas da bancada do PS e do PSD, fiquei com a sensação de que estes partidos nunca tinham governado. Não percebi qual foi a grande mudança que aconteceu com este novo governo, será que as pessoas não ouvem notícias? Ainda hoje na TSF, após a apresentação do programa do governo e sobre a nova taxa, ouvi um comentador que dizia que, além de ser injusta, não era igual para toda a gente e que a pessoa que pensou nesta taxa se esqueceu das acções, se esqueceu de inúmeros passos onde podia ir buscar dinheiro. Têm sido sempre os mesmos, a população que trabalha por conta de outrem, a pagar a factura dos erros destas políticas do PS, do PSD e, pontualmente, do CDS. Também quero recordar que quem desincentivou a agricultura foi o actual Presidente da República, antigo Primeiro-Ministro. Não foi ele que pagou aos agricultores para arrancarem as vinhas? Não foi ele que pagou para arrancarem os olivais? Não foi ele que pagou para as pescas serem desactivadas? Estamos agora a falar de pequenas hortas? Eu fiquei com a sensação

que a senhora está com saudosismos do passado. Será que este governo nos vai dar mais liberdade? Fiquei muito confuso com as suas declarações, ou é saudosismo, ou é qualquer coisa bem pior, porque querer que o povo português viva de pequenas hortas, enfim... Relativamente ao outro facto que sublinhou, a construção civil foi a «galinha dos ovos de ouro» e foi isso que levou Mafra a crescer desordenadamente, sendo o pior município em rede de esgotos. O Algarve, se está mal, deve-se precisamente a essa má política de ordenamento. Saudosismos do passado acho que devem ser esquecidos, porque não nos podemos esquecer que quarenta e oito por cento do povo não votou e isso deve fazer reflectir: é muito. Foram quarenta e oito por cento das pessoas do país que ficaram em casa." -----

-- O Senhor Miguel Ângelo referiu que "gostava de falar aqui sobre um assunto que já abordei nas duas últimas Assembleias, que causou tanta polémica, pelo que parece e pelo que escreveram. Os Censos 2011 terminaram e hoje foram tornados públicos os primeiros resultados preliminares. Relativamente aos resultados do Concelho de Mafra, como eu tinha dito na última Assembleia Municipal, os dados ainda era provisórios, faltavam as duas grandes freguesias. Neste momento, posso dizer que o crescimento do Concelho de Mafra não se cifrou na ordem dos trinta por cento, mas sim na ordem dos quarenta e um por cento. Em média, os concelhos do distrito de Lisboa cresceram na ordem dos dez por cento e Mafra registou o maior crescimento dentro do distrito de Lisboa, aproximando-se apenas a Arruda dos Vinhos com vinte e nove por cento. Lisboa e Amadora, também dentro da Área Metropolitana de Lisboa, registaram crescimentos negativos na ordem dos três e meio por cento. Não quer dizer que estas populações tenham vindo directamente para o nosso Concelho, até porque há outros movimentos dentro da Área Metropolitana, mas é curioso verificar este crescimento do Concelho de Mafra. Relativamente ainda à operação dos Censos, queria começar por agradecer novamente a todos os que foram recenseadores e andaram no terreno. Estamos a falar de cento e vinte recenseadores, vinte e três coordenadores, mas os cento e vinte colaboradores multiplicaram-se por muitos mais. Durante três meses trabalharam em prol de uma operação que é fundamental para o desenvolvimento e planeamento do país no futuro, para que se possam gastar melhor as verbas que são escassas. Por isso, a minha palavra de agradecimento a todos aqueles que foram recenseadores e às suas respectivas famílias pelo incómodo causado. Depois, gostaria ainda de referir uma questão veiculada pela comunicação social. Esta referiu que havia desvios de verbas, que Juntas de Freguesia estavam a gastar verbas dos Censos noutras áreas, o que é pura mentira. As verbas nem sequer chegaram às Juntas de Freguesia. Eu passo a explicar rapidamente o processo. A Câmara abriu uma conta específica para os Censos, essa conta só podia ser movimentada através de recibos de pagamentos que só podiam ser emitidos pelos dois delegados municipais, nem o delegado distrital do INE tinha possibilidade de emitir recibos para movimentação de verbas. Esses recibos eram entregues ao técnico municipal e seguiam toda a hierarquia dentro da Câmara que diz respeito à transacção e utilização de dinheiros públicos, chegando, em última análise, ao Vice-Presidente que tem o pelouro da área financeira para autorizar essas movimentações e, depois, novamente ao técnico municipal que ordenava a transferência bancária. Foi isto que aconteceu. O INE transmitiu uma informação, se calhar mal explicada, de que setenta por cento já estava pago; ora, havia muita gente que ainda estava a trabalhar e dizia que ainda não tinha recebido. O que aconteceu foi que o INE transferiu uma primeira tranche de setenta por cento daquilo que eles estimavam que iria ser o volume de trabalho e que, no caso do Concelho de Mafra, acabou por não ser. Calculavam noventa e cinco mil euros, foi aquilo que transferiram numa primeira vez, e nós temos gastos estimados na ordem dos cento e quarenta e cinco mil euros com a operação dos Censos no Concelho de Mafra. Posso informar que das cento e cinquenta pessoas que vão ser remuneradas pelos Censos, neste momento falta só remunerar trinta, sendo algumas delas da freguesia de Mafra, porque os coordenadores desta freguesia

ainda estão a efectuar os contactos telefónicos de qualidade e, por isso, foi aquela que se atrasou mais, assim como a Malveira. Os recenseadores foram informados que no prazo de quinze dias úteis iriam receber esses montantes. Neste momento, da parte do Concelho de Mafra, as contas estão quase todas saldadas, não houve transferência de verbas para Juntas, não houve utilização de verbas por parte da Câmara em nenhuma outra função. Portanto, esta informação foi errada, merecendo aqui um alerta para que as pessoas não ponham em causa o trabalho das Juntas de Freguesia que deram todo o apoio logístico". -----

-- Interveio o Senhor José Quintã, para dizer que "eu não vou repetir aquilo que já se disse aqui, mas há uma questão que vamos sentir no dia-a-dia: a dificuldade económica. No entanto, há outra questão onde podemos ser proactivos, que tem a ver com a reforma administrativa. Eu, como Presidente de uma Junta de Freguesia, antes mesmo da «troika» ou antes de estar no acordo de que seria necessário repensar as Juntas de Freguesia e mesmo os Concelhos, reconheço que uma Junta de Freguesia que não tem massa crítica, que não tem o mínimo de condições para poder operar, não deve existir. Gastaríamos melhor o dinheiro, e de uma forma mais eficiente, fazendo mais com menos se realmente nos reorganizássemos. Eu sugeria que esta Assembleia tomasse a decisão de começar a discutir este assunto e não esperar ser confrontado com uma decisão da Assembleia da República ou do Ministério. Porque não formar um grupo de trabalho que, entre Assembleias, fosse discutindo este assunto? Sei que há várias visões. Eu tenho uma visão demasiado radical. Por mim, devia ser a Câmara Municipal a tratar de todo o território, porque penso que fariam uma melhor gestão do que as Juntas de Freguesia. Podemos dizer que uma Junta de Freguesia sem meios é uma representação mais próxima da população, mas é uma representação eficaz? É uma representação económica? É uma representação isenta da pressão do dia-a-dia, do amigo ou do familiar? Ponho isso à vossa consideração e porque não votar a constituição de uma comissão para tratar especificamente destes assuntos?" -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal acrescentou: "foi lançado um desafio e, obviamente, que estamos sempre prontos para desafios. Julgo que o melhor que temos a fazer é discutir os assuntos, pelo que voltaremos a esta questão." -----

-- Não se verificando mais intervenções, prosseguiu-se com a votação da acta número dois de dois mil e onze. A referida acta foi aprovada por maioria, com cinco abstenções: uma do PS e quatro do PSD. -----

-- No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Maria Ministro dos Santos, referiu: "o Senhor Alves Pardal apresentou uma recomendação para redução dos gastos, a fim de não penalizar o contribuinte. Na Câmara Municipal, somos contidos, responsáveis e fazemos o necessário para superar as dificuldades e não criar falsas expectativas, mas obviamente que aceito a recomendação. Gostaria ainda de dizer que, como sabem, o Engenheiro Hélder Silva é agora Deputado da Assembleia da República. Penso que irá fazer um bom trabalho, devido à sua experiência autárquica e capacidade de trabalho, pelo que pode dar um importante contributo para o Concelho. O Vereador Doutor José Bizarro veio substituí-lo, atendendo à renúncia, por razões pessoais, da Doutora Helena Pestana, que era quem se seguia na lista. Refiro ainda que ao Doutor José Bizarro atribuí as áreas do Turismo, Programas Comunitários, Apoio às Actividades das Juntas de Freguesia, Planeamento e Ordenamento do Território, Obras Particulares, Toponímia e Coordenação de Processos de Concessão. A Segurança e a Polícia Municipal ficarão sob a minha responsabilidade, enquanto os pelouros da Protecção Civil e o Trânsito foram atribuídos ao Vereador Doutor José António Parente." -----

-- Concluído o período de **antes da Ordem do Dia**, deu-se início ao período da **Ordem do Dia**. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou à Assembleia se "vê algum inconveniente na introdução de um ponto prévio para apreciação do retorno do Deputado Municipal José João Lopes Costa, porque pediu um período de

suspensão do mandato de noventa dias e ao fim dos sessenta dias pretende retomar os trabalhos da Assembleia". -----

-- Não se verificaram intervenções, pelo que a introdução deste ponto foi aceite. ---

-- Foi introduzido o **primeiro ponto** relativo ao **retorno do Deputado José João Lopes Costa**. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou se alguém via inconveniente que o Senhor Deputado José João Lopes Costa reassumisse as suas funções antes do período que tinha inicialmente pedido para suspensão do mandato. -----

-- Não se verificaram objecções, pelo que foi aprovado por unanimidade. -----

-- Prosseguiu-se com o **segundo ponto** denominado "**Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira**". -----

-- Não se verificaram intervenções, passando-se ao **terceiro ponto** sobre a "**Desafectação de domínio público de uma parcela, com 43,40 m², na freguesia da Enxara do Bispo, para domínio privado do Município de Mafra**".

-- O Senhor Alves Pardal disse que "o grupo do CDS/PP irá votar favoravelmente."-

-- Não houve mais intervenções, tendo-se passado à votação. A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, nos termos do disposto na alínea b) do número quatro do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove/ noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco-A/ dois mil e dois, de onze de Janeiro, autorizar, por unanimidade, a desafectação do domínio público de uma parcela de terreno, com a área de quarenta e três vírgula quarenta metros quadrados, na freguesia de Enxara do Bispo, para domínio privado e para posterior anexação ao artigo urbano mil quatrocentos e setenta e nove da mesma freguesia, propriedade do Município e que se encontra adjacente ao edifício do Centro de Saúde de Mafra, extensão da Enxara do Bispo. -----

-- Iniciou-se o **quarto ponto** denominado "**Projecto de alteração do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Mafra**". -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que "há uma alteração à tabela de taxas. Na última reunião de Câmara, por minha solicitação, foi retirada uma alínea que dizia que «acresce por hectare mil e cinquenta e dois euros». Esta alínea já estava na anterior tabela de taxas onde se cobrava, por cada cem metros quadrados, dez vírgula cinquenta e dois euros. Analisando este números, verificou-se que o pretendido era para que os proprietários reflorestassem os seus territórios e não pagassem taxas elevadas, essas sim desincentivadoras de uma reflorestação, principalmente nos terrenos ardidos em dois mil e três. Portanto, entendi propor à Câmara, que aceitou, retirar esta alínea referente aos mil e cinquenta e dois euros. De facto, este valor por hectare era muito elevado, porque se somava o custo da terraplanagem, da mão-de-obra e das plantas. Neste sentido, entendemos que este valor estava desajustado. São poucos os pedidos de florestação que existem, mas este montante podia, de alguma maneira, desincentivar os proprietários" -----

-- Não havendo inscrições, passou-se à votação. A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal deliberou, nos termos do disposto na alínea a) do número dois do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove/ noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco-A/ dois mil e dois, de onze de Janeiro, aprovar, por maioria - com vinte seis votos a favor do PPD/PSD, nove do PS, dois da CDU PCP/PEV e um do Bloco de Esquerda; e duas abstenções do CDS/PP -, a alteração do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Mafra. -----

-- Deu-se sequência ao **quinto ponto** relativo à "**Alienação de Património Imóvel Municipal**". -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que "a Câmara entende propor à digníssima Assembleia a alienação de cinco prédios urbanos. Fiz questão de que fosse presente em cada um deles o porquê e o título que objectivamente vai ser prioritário na alienação dos respectivos patrimónios. Assim, na antiga Escola Básica do Primeiro Ciclo da Ericeira, é alienação para utilização colectiva ou

serviços. Devo dizer-vos que a ideia que a Câmara tem é a instalação de uma unidade hoteleira, com o edifício da Junta da Freguesia acoplado. É um edifício de três pisos, também com dois pisos subterrâneos de estacionamento, sendo a entrada, em virtude das cotas do terreno, pelo Largo dos Condes, junto aos Correios. Depois, na segunda proposta, na Quinta das Pevides, trata-se de um equipamento de utilização colectiva, por exemplo uma escola. Referindo-me à terceira parcela, queria só acrescentar que, em tempos, me deslocuei a Estremoz para ver uma clínica de hemodiálise porque fomos sondados sob a perspectiva do Município ter um terreno para instalar uma clínica desse tipo. É um investimento privado, como é óbvio, mas que tem uma componente de apoio à comunidade de hemodializados muito grande. Nós temos no Concelho entre sessenta e setenta e cinco indivíduos que carecem de fazer hemodiálise e que se deslocam penosamente para outros concelhos. Vi com bons olhos esta hipótese, mas obviamente que este terreno será vendido em hasta pública. O que vem referido na proposta é terreno destinado a equipamento para a área da Saúde. Depois, o outro terreno é na Avenida Sá Carneiro, referente a duas parcelas, uma delas era a antiga tipografia da gráfica Rolo & Filhos, que se destinará a equipamento ou serviços, e a outra coincide com o Parque e Oficinas, também se destinando a equipamentos ou serviços. Nós estamos em negociações com a Direcção-Geral de Finanças e, eventualmente, com uma Loja do Cidadão. É evidente que acoplado a estas duas lojas âncora poderão surgir os bancos, ou outros equipamentos, mas isso é negócio do promotor que eventualmente esteja interessado. Assim, queremos ter a autorização da digníssima Assembleia no sentido de poder, a todo o tempo, lançar as hastas públicas com estas referências limitativas." -----

-- O Senhor António Branco disse que "fiz uma leitura dos documentos que nos foram distribuídos, mas julgo que a intervenção do Senhor Presidente ajudou a esclarecer a dúvida referente ao terreno da Ericeira. Havia a expectativa, da parte da anterior e actual Junta de Freguesia, de utilizar aquele espaço para serviços seus, dando outras contapartidas e outros terrenos que a própria Junta tinha. O Senhor Presidente teve a oportunidade de referir a possível existência de um espaço multifunções, mas a Câmara deverá ter o cuidado de salvaguardar a referida expectativa. Da nossa parte, temos a preocupação de tentar perceber como é que depois isso funcionará, articulando espaços públicos e privados. Relativamente à Ericeira, há ainda outra questão a colocar. O terreno foi doado por particulares para construção da escola. Sendo assim, não aparecerá alguém hoje a recusar esta possibilidade de transformação de um espaço que era uma escola num terreno com outras funções? Percebi ainda, pelas palavras do Senhor Presidente, que havia perspectivas de construção de um centro de hemodiálise e que, na Quinta das Pevides, uma escola ou outro equipamento desta natureza. Por último, na Avenida Sá Carneiro, há a ideia de um edifício de equipamento e serviços. Os terrenos estão identificados, estas funções parecem-me aceitáveis na perspectiva do interesse público. De qualquer maneira, eu gostaria também de associar esta proposta de alienação com a execução orçamental. Consultei a acta da sessão referente à discussão do orçamento, no final do ano passado, e eu próprio tinha feito uma intervenção. Mencionei que, ao nível das receitas de capital e das vendas de terrenos, apenas estava previsto quatro vírgula um milhões de euros e o único projecto que aparentemente estava previsto era a alienação de parte do terreno do Parque de Campismo da Ericeira, projecto que foi objecto de reformulação com ampliação da área de ocupação. Que elemento novo é que nos traz, em termos de execução orçamental, esta proposta que vem aqui hoje? Isto significa alguma dificuldade adicional de execução financeira? Ou representa um aproveitamento de oportunidade não só imediata, mas para os próximos tempos? Gostaria de verificar se nós não estamos apenas a cobrir dificuldades a nível das despesas correntes ou se isto é um aproveitamento de oportunidade. É em função destas respostas que tomaremos uma decisão sobre a proposta que nos foi apresentada aqui hoje." -----

-- Usando da palavra, o Senhor José João Costa disse: "na sua intervenção, o Senhor Miguel Ângelo relatou que a população do Concelho de Mafra aumentou

exponencialmente. Senhor Presidente, existe em Mafra, e só existe em Mafra, uma creche. Porque não construir uma creche na Ericeira, neste terreno que vai ser alienado? Se a população aumentou, se os apoios sociais são tão poucos neste Concelho, porque não um equipamento deste tipo? Porquê só uma unidade hoteleira? Em meu entender, e se calhar no de todos nós, fazia muito mais sentido onde existia uma escola primária haver uma creche. É a proposta que deixamos aqui." -----

-- O Senhor Joaquim Biancard Cruz referiu que "em nome da bancada do PPD/PSD, parece-me que aquilo que foi explicado pelo Senhor Presidente é sensato. Não o sinto como um «cheque em branco» e tenho a certeza que todos estes negócios, ou parcerias, serão feitas com maior cuidado e na maior valorização dos interesses do Município. É evidente que poderemos ter sempre outras ideias, ou outras opiniões, relativamente ao destino destes terrenos. De uma forma global, a proposta parece-nos aceitável e, desde já, tornamos público o nosso sentido de voto favorável" -----

-- Interveio o Senhor Aníbal Ferra para dizer que "depois de ouvir o Senhor Presidente da Câmara e de ter passado os olhos pelo documento que nos foi facultado, o Bloco de Esquerda vê com muitas reservas a alienação do património. Passar «cheque em branco» à Câmara, sem saber qual é o destino que vai ter esse dinheiro, não resulta. Alienar património porquê? A Câmara há-de sentir necessidade de construir uma creche, de construir um centro de saúde. Porquê um centro de hemodiálise privado e não do Ministério da Saúde, quando não temos um centro de saúde capaz? Cuidados de saúde em Mafra são uma miragem. Alienar aquilo que já temos, sem sabermos para quê... O Bloco de Esquerda vota contra." --

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu, dizendo: "na Ericeira existem três creches, uma do Centro Social da Ericeira, uma da CEBI e outra de um privado. Por exemplo, na Malveira e na Venda do Pinheiro também temos creches. O Concelho está a ter uma cobertura razoável, desempenhando as Instituições Particulares de Solidariedade Social um papel fundamental. Obviamente que estamos atentos às necessidades, mas parece-nos que não faz muito sentido construir uma outra creche na Ericeira. Relativamente aos comentários do Bloco de Esquerda, não tenho nada a acrescentar. Em Mafra não estamos habituados a pensar assim. Quando propomos uma alienação é porque estamos a pensar futuro. Com todo o respeito que eu tenho por estas intervenções, não é essa a nossa forma de ser e de estar, não é assim que se promove a qualidade de vida. Todas estas propostas de alienações estão associadas a equipamentos. Portanto, eu pergunto aos Senhores Deputados qual destes equipamentos é que não pretendem para o Concelho de Mafra: uma escola, um centro de hemodiálise ou outro equipamento de saúde, as finanças e a Loja do Cidadão, a unidade hoteleira na Ericeira ou o edifício da Junta da Freguesia? A Câmara tem grandes dificuldades neste momento, como todos sabem, pelo que temos de pensar soluções. Quando propomos a alienação, estamos a transformar terrenos que agora não têm valor em novos investimentos. Lembro que a própria Câmara Municipal já comprou o terreno para a Escola Básica do segundo e terceiro ciclos da Ericeira, com a dimensão adequada a um equipamento deste tipo. Neste caso, alguém criticou a Câmara por comprar o terreno? Agora, a lógica subjacente a estas alienações é a mesma, porque elas vêm associadas a empreendimentos que valorizam não só a zona onde são instalados, mas o Concelho de uma maneira geral. Gostaria ainda de responder ao Senhor António Branco, dizendo que este dinheiro é investimento, entrando na rubrica da despesa de capital. Se este dinheiro acontecer, e vai acontecer na oportunidade que entendamos conveniente e necessária, de forma a não prejudicar o valor do património municipal, ele será investido na concretização dos projectos que temos definido no plano de actividades. Sobre o terreno da Ericeira, acrescento que este não foi doado, foi comprado". -----

-- Não se verificaram mais inscrições, pelo que se passou à votação deste ponto. A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, nos termos do disposto na alínea i) do número dois do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove/ noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada e republicada

pela Lei número cinco-A/ dois mil e dois, de onze de Janeiro, autorizar a alienação dos imóveis ali identificados. Esta deliberação foi aprovada por maioria com: vinte e seis votos a favor do PPD/PSD, oito do PS, dois da CDU-PCP/PEV; um voto contra do Bloco de Esquerda; duas abstenções do CDS e uma do PS. -----

-- Concluído o período da Ordem do Dia, prosseguiu-se com o período de **Intervenção do Público.** -----

-- Interveio o Senhor Presidente da Associação de Dadores de Sangue do Concelho de Mafra, dizendo: "gostaria de fazer a apresentação de um livro e a sua distribuição à mesa, à Vereação e a todos os Deputados. Este é o terceiro livro do Doutor Franco Henriques que é dedicado às nossas crianças. Aproveito para dizer que já distribuímos mil e oitocentos livros em parte das escolas do primeiro ciclo. Iremos recomençar, após o início do ano lectivo, nas restantes escolas e nas escolas básicas do segundo e terceiro ciclos, de acordo com o que já está acordado com os agrupamentos de escolas. Este livro foi levado à Federação das Associações de Dadores, da qual faz parte, teve a sua primeira apreciação e, mais tarde, pelas instâncias do Instituto que se dignou financiar o pagamento da primeira edição, cento e cinquenta mil livros que serão distribuídos a nível nacional por todas as crianças dos oito aos doze anos. Gostaria de passar a palavra ao Artur Franco Henriques para fazer uma breve apresentação do livro, enquanto, eu próprio, irei fazer a sua entrega." -----

-- Falou o Senhor Artur Franco Henriques, dizendo: "fiquei orgulhoso de ouvir os êxitos de Mafra, mas Mafra tem mais um êxito muito grande que não foi citado, Mafra tem a maior associação de dadores de sangue do distrito de Lisboa. É impressionante como um Concelho como o nosso tem a maior associação a drenar sangue para os hospitais de Lisboa. Porque é que isto acontece? Será apenas trabalho da Associação de Dadores? Não, tem muito a ver com a generosidade do povo deste Concelho. Tem muito a ver com a colaboração dos Presidentes das Juntas de Freguesia, que é bom que sejam citados porque, de facto, eles são muito colaboradores e estão connosco a apoiar-nos e a incentivar-nos. Em relação a esta história Infantil, esta destina-se às crianças entre os oito e os doze anos. Pretende-se que esta seja bastante legível pelas crianças, que as entusiasme, mas que, simultaneamente, possibilite a apreensão de coisas que fazem parte da escola, coisas que fazem parte do estudo. Houve pessoas que criticaram. Para quê fazer um livro sobre a dádiva de sangue para crianças entre os oito e os doze anos? À partida parece uma incongruência, não faz sentido. Mafra foi o primeiro Concelho a distribuir este livro em todo o país. Fizemos uma experiência-piloto com Mafra. Antes das férias foram distribuídos mil e oitocentos livros aos professores para que, por sua vez, os entregassem às crianças. O teste foi um êxito. Os professores foram muito receptivos e vamos transpor para o resto do país a metodologia adoptada. A receptividade foi excelente. Foram os professores que nos disseram que estavam a aprender com esse livro. A ideia é um livro para as escolas, para sensibilizar as crianças em relação à dádiva de sangue. É fazer com que os professores sejam, na sala de aula, promotores da dádiva. Neste momento, já temos muitos professores aqui de Mafra a questionarem como é que podem dar sangue. Tive um prazer muito grande em estar aqui e gostaria de agradecer a oportunidade que nos foi dada." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por concluída a Terceira Sessão Ordinária do ano de dois mil e onze da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra, quando passavam vinte minutos das vinte e três horas. -----

-- Para constar se lavrou esta acta, que vai ser lida, e, depois de aprovada, irá ser assinada por mim que a lavrei, Luís António Ribeiro Alves, e pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra. -----

Luís António Ribeiro Alves